

Geral



**Dom Jaime Spengler**  
**A voz do Pastor**  
A Vida na Igreja

pascom@arquipoa.com

Dom Aparecido Donizeti de Souza, bispo auxiliar de Porto Alegre

**Evangelizar, a partir de Jesus Cristo, na força do Espírito Santo**

Tenhamos presente o mandato de Jesus Cristo aos seus discípulos pouco antes de voltar para junto do Pai: “Ide e fazei discípulos meus todos os povos, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo o que vos ordenei! Eis que eu estarei convosco todos os dias, até ao fim do mundo” (Mt 28,19-20). É a partir desse mandato que podemos compreender o objetivo das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, quando nos convoca a evangelizar, a partir de Jesus Cristo, na força do Espírito Santo (cf. Doc. Cnbb, 102).

Cristo será sempre o centro e a grande referência para a nossa vida cristã. É n’Ele e a partir d’Ele que vamos construindo nossa história pessoal, familiar, comunitária e social. Foi Ele mesmo quem disse: “Sem mim nada podeis fazer” (Jo 15, 5s). Isso supõe de nossa parte uma profunda intimidade com o Senhor vivida na oração pessoal e comunitária.

É a partir dessa intimidade que vai acontecendo em nós o verdadeiro discipulado e também a compreensão de que evangelizar é nosso dever. Por isso, devemos entender que o ser missionário não é questão de querer ou não, mas de identidade. Somos discípulos do Senhor e por isso temos que evangelizar. Dizia o apóstolo Paulo: “Ai de mim, se eu não anunciar o Evangelho!” (1Cor 9, 16).

Outra questão fundamental que devemos ter presente é a exigência de estarmos vivendo sempre em comunidade. Não existe verdadeiro discípulo do Senhor e muito menos missionário desvinculado da vida em comunidade. Assim nos dizem as Diretrizes atuais da ação evangelizadora: “ser verdadeiro discípulo missionário exige o vínculo efetivo e afetivo com a comunidade dos que descobriram fascínio pelo mesmo Senhor” (DGAE nº 13). Só vivendo em comunidade poderemos dar o verdadeiro testemunho que o Senhor nos pede.

Sabemos que tudo isso é muito exigente, sobretudo neste mundo em que vivemos, tão secularizado, onde o individualismo impera e a ganância por bens materiais move muitos corações. Insensibilidade, indiferença, viver centrado em si mesmo é uma tendência na cultura atual. Mas, como discípulos missionários, devemos buscar viver com o outro, mesmo que seja bem diferente de nós. E, além de viver com o outro, é necessário, sobretudo, vivermos para o outro. É o que o Senhor Jesus nos ensinou com a própria vida. Da mesma forma que ele viveu para o Pai e se entregou pela salvação da humanidade, assim também devemos fazer.

O que nos consola, dá esperança e confiança é saber que Ele nos deu o Espírito Santo. Disse Jesus: “Recebereis o poder do Espírito Santo que descerá sobre vós, para serdes minhas testemunhas” (At 1,8). É esse Espírito que nos mantém firmes, perseverantes na caminhada. Sem Ele jamais poderíamos corresponder ao chamado do Senhor e sermos testemunhas de seu amor onde quer que estejamos.

Recordo o que nos diz o Papa Francisco: “Fiel ao modelo do Mestre, é vital que hoje a Igreja saia para anunciar o Evangelho a todos, em todos os lugares, em todas as ocasiões, sem demora, sem repugnâncias e sem medo. A alegria do Evangelho é para todo o povo, não se pode excluir ninguém” (EG. nº 23).

VIOLÊNCIA

**‘Não há política pública de segurança no Brasil’**

Evento da Ajuris reuniu alguns dos principais estudiosos do País

Igor Natusch

igor@jornaldocomercio.com.br

Para discutir a sensação crescente de insegurança nas cidades brasileiras e as ações que vem sendo tomadas pelo poder público quanto ao tema, a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) promoveu, ontem, um debate reunindo alguns dos mais renomados pesquisadores sobre segurança pública do Brasil. Um dos participantes, o consultor em segurança pública e direitos humanos Marcos Rolim, defende que não existe sequer um campo específico de segurança pública no Estado brasileiro, menos ainda políticas públicas para o setor. “O que se faz é deslocar o crime. Ao definir onde fará policiamento mais ostensivo, o governo define também onde o crime vai acontecer, fora desse perímetro”, argumenta.

Segundo ele, a visão de que mais polícia na rua e leis mais duras trarão maior segurança coletiva é pobre e ineficiente. “Lastimo que essa ideia esteja errada, pois tudo seria mais fácil. Me apontem um único lugar no mundo onde essa visão trouxe resultados positivos”, desafia. Rolim também questionou o que chama de “síndrome de supremacia” entre os gaúchos, que acaba refletindo em índices ruins em vários setores, como a segurança pública. “Essa ideia nos faz um mal medonho. Estamos atrás de vários estados. Nossa situação na segurança é uma vergonha, por qualquer critério que se queira analisar”, critica.

Sociólogo e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio



JONATHAN HECKLER/JC

Para especialistas, leis mais duras não irão solucionar o problema

Grande do Sul (Pucrs), Roberto Ghiringhelli de Azevedo considera a situação preocupante em escala global e diz que houve regressão na percepção geral sobre direitos fundamentais. “Há cerca de 25 anos, Norberto Bobbio (falecido filósofo, escritor e senador italiano) falava que não havia mais necessidade de legitimar os direitos humanos. Hoje, essa afirmação não é mais correta, pois a legitimação desses direitos voltou a ser questionada”, lamenta.

Na visão de Azevedo, a realidade brasileira é de polícias violentas e corruptas, investigação deficiente, Justiça lenta e um sistema prisional superlotado. Fatores que acabam alimentando uma onda conservadora no Brasil, que se alimenta da falta de uma estrutura de segurança pública capaz de atuar sobre esses problemas. “Quanto pior funcionam as instituições de Justiça e segurança, maior a demanda punitiva da sociedade e maior a crítica aos direitos humanos”, argumenta.

José Vicente Tavares, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do

Rio Grande do Sul (Ufrgs), defende que a transformação da violência em grande tema para a sociedade cria um “pânico social” - que não é, no entanto, ausente de justificativa. “Quando a cidade de Porto Alegre registra 17 decapitações em um ano (2016), isso significa que os órgãos de controle social não funcionam. Estamos próximos de virar um grande México”, acentua, referindo-se à realidade contaminada pelos cartéis de drogas do país latino. Segundo dados da Organização das Nações Unidas, o Brasil respondeu, em 2012, por 11,4% dos homicídios cometidos no mundo. Um dado especialmente preocupante, na medida em que vivem no País apenas 2,8% da população mundial.

Além do estabelecimento de políticas efetivas de segurança, há também uma “cultura da violência” que precisa ser enfrentada, explica Tavares. “Dizem que a cultura do povo não muda, mas foi o movimento feminista que conseguiu mudar o modo como encaramos a violência doméstica, por exemplo. É nossa obrigação política pensar nessa direção”, reforça.

EDUCAÇÃO

**TCE-RS aponta falhas no Ensino Fundamental da Capital**

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) apresentou ontem ao secretário municipal de Educação, Adriano Naves de Brito, um diagnóstico sobre a situação do Ensino Fundamental em Porto Alegre. Segundo o estudo, que avaliou os exercícios de 2015 e 2016, Porto Alegre tem índices positivos, como o maior gasto por aluno entre as capitais no período de 2008 a 2015 e o terceiro melhor nível socioeconômico entre as capitais. Porém, nos percen-

tuais de desempenho de alunos usados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e pela Prova Brasil, do Ministério da Saúde, os resultados de Porto Alegre são mais baixos do que a maioria das capitais.

O levantamento aponta que há grande quantidade de professores exercendo atividades administrativas nas escolas. De acordo com o órgão, a substituição desses servidores por profissionais específicos, como assistentes ad-

ministrativos e bibliotecários, poderia gerar economia acima de R\$ 203 mil por semana aos cofres do município.

Outro problema apontado pelo TCE-RS seria o atual modelo de escolha de diretores nas escolas. Segundo os auditores responsáveis pelo estudo, critérios “técnicos e meritocráticos” não são devidamente levados em conta na indicação de candidatos. Atualmente, a eleição de diretores é direta, por votação da comunidade escolar.